

**SINDSEF**

SINDICATO DOS  
TRABALHADORES NO  
SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

**144**

**JUNHO 2013**



FILIADO À **COINSEF**



**ABAIXO  
A REPRESSION!**

**Pela liberdade de organização  
e pelo direito de manifestação!**



**Servidores Públicos contra o aumento  
das passagens e em defesa de  
Serviços Públicos de qualidade!**

*Pág. 03*



**EDITORIAL**

Dez anos de  
governo do PT:  
algo a comemorar?

*Pág. 02*

**CAMPANHAS**

Atividades do Dia  
Nacional de Luta

*Pág. 04*

**GIRO NOS ÓRGÃOS**

IPEN, IBAMA,  
MTE, DNPM,  
DNIT, FUNAI

*Págs. 05, 06 e 07*

**ATIVIDADES**

Sindsef-SP presente  
na luta contra a  
homofobia  
e o Congresso da ANEL

*Pág. 08*

[www.sindsef-sp.org.br](http://www.sindsef-sp.org.br)



## Dez anos de governo do PT: algo a comemorar?

**A**pós dez anos, a gestão petista no governo federal mantém altos índices de aprovação, o que representa um grande desafio à classe trabalhadora. A maioria do povo brasileiro acredita honestamente que este é o “seu governo”. Vê-se contemplada por políticas como o Bolsa Família e o aumento do salário mínimo. Uma parcela da nossa classe, contudo, não vê o governo federal dessa forma e tem se empenhado em apontar suas contradições. Por isso se faz oportuno um balanço desses dez anos, ainda que de forma breve.

É preciso lembrar que a candidatura Lula tinha, em 2002, ao menos um sentido reformista. Ou seja, o eleitor esperava de um governo do PT políticas estruturantes capazes de alterar o quadro de profunda desigualdade social no país. As reformas agrária, urbana, política, dentre outras, eram almejadas para redistribuir as fontes de riqueza, garantir melhores condições de vida e propiciar maior participação popular, ampliando a democracia brasileira. Logo de início, seria fundamental romper com a política econômica do governo FHC, que drenava os recursos públicos para transferi-los aos banqueiros e especuladores.

Uma vez eleito, porém, Lula radicalizou a política econômica neoliberal e a única reforma que fez foi a da Previdência, retirando ainda mais direitos dos trabalhadores, especialmente do funcionalismo público. Ampliou, é verdade, as políticas de transferência de renda do governo FHC, criando o Bolsa Família. Mas esse é o tipo de política recomendada pelo Banco Mundial para conter a insatisfação popular com os impactos negativos do neoliberalismo, como o desemprego e o arrocho salarial. E o salário mínimo, apesar dos aumentos, permanece longe do valor estabelecido pelo

Dieese como mínimo necessário, que foi de R\$ 2.892,47 em abril deste ano. A situação da classe trabalhadora só não foi pior no governo Lula porque, até 2008, houve forte aceleração econômica mundial, que puxou também o crescimento do PIB brasileiro.

Foi assim que pudemos chegar ao governo Dilma Rousseff com indicadores de desemprego baixos e maior inserção popular no mercado por meio do consumo. Mas os problemas estruturais do Brasil permanecem intocados, como a elevada concentração dos meios de produção nas mãos de poucos. Fala-se muito do Bolsa Família como a grande marca do governo do PT, mas o que ocorre de fato no país é uma transferência de renda às avessas: a classe trabalhadora é quem paga proporcionalmente mais impostos, mas os recursos públicos escoam pelo ralo de uma colossal dívida pública, que não parou de crescer nos últimos dez anos. Assim, o dinheiro do trabalhador vai parar nas mãos dos especuladores do mercado financeiro. Metade do orçamento da União é destinada ao pagamento de juros da dívida, enquanto a Saúde e a Educação vão de mal a pior.

Como se não bastasse, o governo segue privatizando o patrimônio do povo, como fez com os portos, aeroportos, rodovias federais, reservas de petróleo e até com as terras públicas da Amazônia. E é no governo do PT que a agenda conservadora ganha força no Congresso, com os ataques à legislação ambiental e aos direitos dos povos indígenas. Sensível às reivindicações dos latifundiários, o governo Dilma ameaça extinguir a Funai, que deve ser absorvida por uma secretaria nacional. O objetivo é cessar a demarcação das terras indígenas.

Não podemos nos esquecer de outro efeito trágico da política adotada a partir

do advento do “lulismo”: a cooptação das organizações da classe trabalhadora, principalmente as maiores, como CUT, UNE e MST. Dirigentes dessas entidades foram premiados com cargos no governo, verbas públicas e cargos na diretoria dos poderosos fundos de pensão. Existe hoje uma verdadeira aristocracia de origem sindical no controle de grandes somas de dinheiro, muitas vezes aplicadas em projetos contrários aos interesses dos trabalhadores, como, por exemplo, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu.

Por isso, seguimos firmes em nossa tarefa de dialogar com as companheiras e companheiros que ainda acreditam no governo do PT para demonstrar que não há avanços para a classe trabalhadora que não sejam conquistados por meio da luta direta. A História mostra: sempre que os trabalhadores esperaram por concessões do governo, saíram derrotados ao final, pois o resultado foi o fortalecimento da burguesia, o fortalecimento daqueles que nos oprimem. Isso está acontecendo no governo do PT. Para alguns, pode ser tempo de comemorar. Para nós, é tempo de luta!

### PRESTAÇÃO DE CONTAS - ABRIL 2013

|  |                       |
|--|-----------------------|
| <b>SALDO INICIAL</b>   | <b>R\$ 106.690,14</b> |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS</b> (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)  | <b>R\$ 185.432,60</b> |
| <b>DESPESAS</b>  |                       |
| <b>ADMINISTRATIVO</b> (Aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.) | R\$ 26.219,52         |
| <b>FUNCIONÁRIOS</b> (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, VR, VT etc.)  | R\$ 63.091,12         |
| <b>SINDICAL</b> (Assembleias, palestras, seminários, atos etc.)  | R\$ 84.552,12         |
| <b>CONTRATOS/PRESTADORES DE SERVIÇOS</b> (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)   | R\$ 36.175,19         |
| <b>IMPRENSA</b> (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)  | R\$ 5.788,00          |
| <b>CORREIOS</b> (Envio de jornal, impresso especial etc.)  | R\$ 8.261,79          |
| <b>CONTRIBUIÇÃO SINDICAL</b> (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)   | R\$ 22.774,94         |
| <b>VEICULO</b> (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)   | R\$ 899,49            |
| <b>TELEFONES</b> (Celulares e Telefônica)  | R\$ 4.850,69          |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS</b>  | <b>R\$ 252.612,90</b> |
| <b>RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS</b>   | <b>R\$ -67.180,30</b> |
| <b>SALDO FINAL</b>   | <b>R\$ 39.509,84</b>  |

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!  
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

#### Expediente:

**JORNAL DO SINDSEF-SP** - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) - E-mail: [imprensa@sindsef-sp.org.br](mailto:imprensa@sindsef-sp.org.br) - Jornalistas responsáveis Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel - Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP





# Protestos contra o aumento das passagens vêm tomando as ruas em todo o país

**A**s ruas de várias cidades do país estão sendo tomadas por massivas manifestações contra o aumento das tarifas do transporte público. Em Porto Alegre, Natal e Goiânia, os protestos conseguiram barrar o reajuste. Isto deu ânimo para as manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro e várias outras cidades do país.

Em São Paulo, os sucessivos reajustes nas passagens estão muito acima da inflação acumulada. Em 1995, a passagem do metrô custava R\$ 0,80. Se fosse corrigida pela inflação do período, teria de ser hoje de R\$ 1,97. Já a tarifa do ônibus era de R\$ 0,50 em 1994 e deveria custar R\$ 1,71 hoje.

Se os serviços públicos essenciais deveriam ser garantidos pelo Estado de forma gratuita, já que a sociedade os custeia através dos impostos, por que o transporte urbano funciona de forma diferente?

O transporte coletivo se transformou num grande negócio para os empresários. Os ônibus da capital paulista, por exemplo, transportam uma média de 42 milhões de passageiros por mês, que geram uma arrecadação de R\$ 395 milhões (segundo dados de abril de 2013 da prefeitura). Os empresários contam, ainda, com subsídios



Protesto contra o aumento das passagens



Metrô de São Paulo em dia de pane

da prefeitura que, em 2013, devem chegar a R\$ 1,25 bilhão e com benefícios anunciados recentemente pelo governo federal, como a isenção do PIS/Cofins, além da desoneração da folha de pagamentos.

Nos últimos meses Haddad autorizou o aumento da tarifa, de forma coordenada com o governo Alckmin, e editou um decreto alterando as regras para a renovação dos contratos, aumentando o limite de lotação dos ônibus, de 65 para 75 pessoas, aumentando os lucros dos empresários.

Trens e ônibus superlotados, atrasos e acidentes frequentes e, no caso das mulheres, assédio, abusos e até estupro, fazem parte de uma dura rotina.

A população sufocada começa a reagir.

Em São Paulo, as manifestações já começaram bastante fortes e com amplo apoio popular, apesar da forte repressão.

A imprensa noticiou a presença de policiais infiltrados nos atos, o que tem chamado bastante a atenção dos manifestantes. O que pretendem os policiais?

As posturas de uma ínfima minoria nos protestos, que incendiou ônibus, por exemplo, têm sido amplamente exploradas pela imprensa e utilizada pelos governos como justificativa para a repressão.

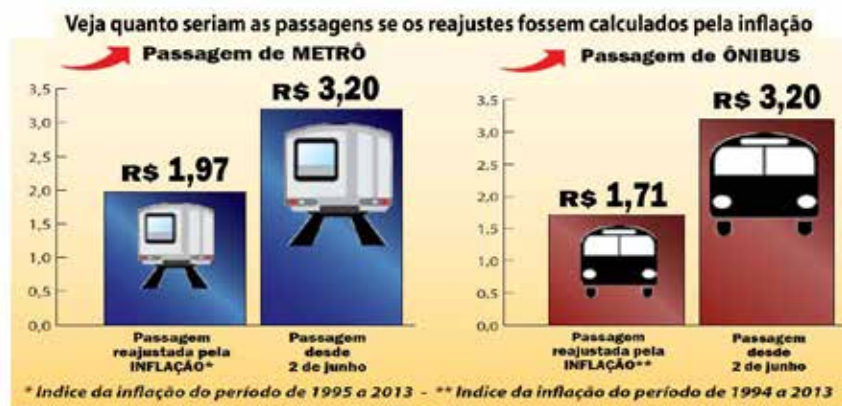
Apesar destas atitudes isoladas, a maioria dos manifestantes tem agido de forma pacífica. Muitos distribuíam flores entre os ativistas e para a própria polícia. No caminho das manifestações têm sido comum demonstrações de apoio por parte da população e até mesmo de motoristas parados no trânsito. Há um esforço em impedir qualquer situação que possa justificar alguma repressão por parte da polícia.

Mas está claro que a disposição da PM tem sido a de reprimir e dispersar os atos de qualquer forma, sem qualquer pretexto, com disparos de bala de borracha, gás de pimenta e bom-

bas de gás lacrimogêneo. Centenas de pessoas foram presas, dezenas ficaram feridas, entre eles, sete jornalistas da grande mídia. A covarde repressão aos protestos vem gerando grande repercussão, inclusive na imprensa internacional.

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) elogiou a repressão e chamou os jovens de “vândalos” e “baderneiros”. A repressão covarde de Alckmin não é algo que surpreenda, afinal, ele foi o responsável pelo massacre do Píndamonogaba, em São José dos Campos (SP), jogando a mesma tropa de choque contra a população pobre para defender o mega especulador Naji Nahas. O que realmente surpreende é a postura do governo Dilma e da prefeitura de Fernando Haddad (PT), apoiando a repressão. O próprio ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, declarou à imprensa que colocaria a Polícia Federal para investigar e reprimir os protestos.

Mas, quanto maiores os ataques e a repressão, mais fortes ficam as manifestações. Para derrotar o aumento da tarifa e a fúria repressiva da PM, é necessário envolver amplos setores da juventude, dos trabalhadores e da própria população. O Sindsef-SP apoia esta luta!







# Atividades do Dia Nacional de Luta

O Dia Nacional de Luta, 12 de junho, foi marcado por atividades nos estados em defesa da campanha salarial dos Servidores Públicos Federais (SPFs), pela anulação da reforma da previdência de 2003 e pela revogação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Em Brasília, o Fórum Nacional de Entidades realizou um ato político em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF). Carregando faixas e cartazes os participantes exigiram a anulação da reforma da previdência de 2003, aprovada com dinheiro do mensalão.

A campanha pela anulação da reforma da previdência ganhou mais tempo para coleta de assinaturas, pois a entrega dos abaixo-assinados foi adiada. No dia 20 de junho uma reunião define os próximos passos do movimento.

## São Paulo

Em São Paulo, os servidores públicos federais (SPFs) realizaram uma importante manifestação no Dia Nacional de Luta, em frente ao Hospital Universitário da UNIFESP – Hospital São Paulo.

O ato unificou servidores ativos e aposentados de diferentes setores do funcionalismo.



Representantes das entidades nacionais se reúnem em ato político em frente ao STF.

A antecipação das parcelas do reajuste dos servidores federais está na pauta da campanha salarial 2013, “pois a inflação já está maior que o reajuste”, lembrou o secretário-geral do Sindsef-SP, Carlos Daniel. Outra demanda do funcionalismo é a definição de uma data base.

A mudança na forma de gestão dos hospitais universitários gera um clima de incerteza entre os servidores, com destaque para os técnicos administrativos. Com a EBSERH, o Regime Jurídico Único está ameaçado e os servidores, em pouco tempo, estarão em extinção. A situação do atendimento aos pacientes, que já é precária, também é pro-

cupante, pois prevalecerá a busca do lucro.

O secretário de imprensa do Sindsef-SP, Helton Ribeiro, destacou o aprofundamento da política neoliberal desde a época de Collor até os dias atuais. As inúmeras privatizações realizadas pelos governos do PSDB e do PT também foram analisadas, “aquilo que não é privatizado está sendo desmantelado pelo governo”, falou em alusão ao desmonte da FUNAI. “o latifúndio

não quer mais a demarcação das terras indígenas, é por isso que o governo está desmontando a Funai”, desabafou.

Cientes que a luta unificada é o único caminho para pressionar o governo, o Fórum de Entidades dos Servidores Públicos Federais do Estado de São Paulo reuniu representantes do Sindsef, Sintunifesp, Sintrajud, Sinsprev, Sinal, CSP-Conlutas, Fenasps, Setorial LGBT da CSP-Conlutas, Movimento Mulheres em Luta e do PSTU.

As falas que se sucediam apresentavam elementos que desmentiam o país do “faz de conta” pintado pela presidente Dilma e sua equipe. “A educação e a saúde estão um verdadeiro lixo”, falou uma paciente. “Mais atividades como esta deveriam acontecer para abrir os olhos da população”, falou outra.

“O direito do trabalhador tem que ser respeitado e todo cidadão merece um atendimento de qualidade, pois pagamos impostos e a finalidade destes deveria ser garantir serviços públicos, como saúde e educação, de qualidade”, criticou Emanuel Oliveira, diretor do Sintunifesp.

## Mais uma vitória no caso Geap

O Jurídico do Sindsef, em 2012, ajuizou ação contra a GEAP, com o objetivo de suspender os reajustes abusivos deliberados pelo Conselho Deliberativo da Fundação que, em muitos casos, chegou a 400%.

Em 1ª instância, o Juiz determinou que a GEAP está impedida de reajustar os valores das mensalidades do plano médico além do percentual fixado pela Agência Nacional da Saúde - ANS e também impediu qualquer rescisão unilateral por parte da Empresa, mantidas todas as demais condições do contrato.

Contra esta decisão a GEAP interpôs um recurso (Agravo de Instrumento), que foi encaminhado ao Tribunal de Justiça de São Paulo. Pediu,

liminarmente, efeito suspensivo, para afastar a decisão proferida em 1ª Instância.

O pedido foi analisado pelo Desembargador Donegá Morandini, que indeferiu a pretensão da GEAP.

*É importante lembrar que são beneficiários dessa ação apenas os servidores que encaminharam autorização para participar do processo.*

As decisões proferidas até o momento evidenciam a abusividade dos reajustes pretendidos pela Fundação, fato este que será alegado durante o curso da demanda.

O Sindsef-SP ainda aguarda a decisão de mérito.



Sindsef-SP fortalece Dia de Luta em frente ao Hospital São Paulo.





## IPEN

## 1ª Oficina de Debates refletiu a importância da organização no local de trabalho

No dia 11 de junho os servidores se reuniram dentro da oficina do IPEN para discutir “A organização dos trabalhadores nos dias atuais”. A atividade foi organizada pelo Sindsef-SP e a pela ASSIPEN, em parceria com o Ilaese (Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos).

“Nós percebemos que havia uma necessidade de voltarmos a realizar no IPEN atividades que discutissem temas político-sindicais”, disse Luis Genova, da Assipen.

O metalúrgico e integrante do Ilaese, Nazareno Cordeiro, apresentou um histórico sobre a luta dos trabalhadores, o surgimento dos sindicatos no mundo, a origem de datas importantes para a classe trabalhadora, a experiência no Brasil na década de 1980 com as grandes greves e o papel atual da organização sindical.

A palestra foi iniciada com a exibição de um filme produzido pela CUT em 1989, “quando ainda era combativa”, segundo Nazareno. A



Foto: Lara Tapety

Trabalhadores participam da 1ª Oficina de Debates em seu local de trabalho

principal mensagem do vídeo é que os interesses do patrão se opõem aos interesses dos trabalhadores. “Conciliação ou luta?”, questiona o Telecurso Sindical.

Infelizmente, a CUT, após a chegada do PT ao governo, optou pela conciliação, o que representou um duro golpe contra os trabalhadores brasileiros. A central sindical largou as trincheiras de lutas da classe trabalhadora para negociar nos balcões do parlamento.

Por outro lado, através de exemplos históricos, Nazareno refletiu que o melhor caminho é o da luta. Esse é o caminho seguido pela CSP-Conlutas, acompanhada do Sindsef-SP e também pela Assipen.

Os participantes deram sua opinião. Relataram casos de exploração que se assemelham àqueles que aconteciam há décadas. José Maria, diretor do sindicato, chamou atenção para a greve dos terceirizados no IPEN que estão sem salários há dois meses. “Eles pararam ontem, não receberam o pagamento, estão recebendo no ‘pinga-pinga’”, disse.

De acordo com o palestrante, a organização do trabalhador no local de trabalho é fundamental para a conquista e manutenção de seus direitos. “Qual é o principal remédio para combater a burocratização e a corrupção? É a organização dos trabalhadores no local de trabalho. É participar do sindicato, começar a decidir junto com o sindicato, sempre garantir a presença de um delegado sindical”.

## IBAMA

## PADs seguem como forma de perseguição política

O IBAMA continua com o assédio aos servidores envolvidos na fiscalização do Porto de Santos em julho de 2010. Antônio Ganme, então responsável pela fiscalização, que à época assinou a ordem de fiscalização, após sofrer 3 processos, foi punido com uma suspensão arbitrária de trinta dias de trabalho.

Antônio, Carlos Daniel Toni, atual secretário geral do Sindsef-SP, e outros servidores denunciaram que à época dos fatos, Analice Pereira, então superintendente, supostamente traficava influência e dava tratamento privilegiado a algumas empresas. Estas denúncias levaram a Justiça Federal a abrir uma Ação Civil Pública contra Analice, que responde por atos de improbidade.

Como represália, o IBAMA até hoje abre e reabre insistentemente Processos Administrativos Disciplinares (PAD's) de cunho político contra os servidores.

Carlos Daniel está respondendo ao 4º PAD, numa clara tentativa de desgastar o dirigente.

Já Antônio foi punido porque, segundo a comissão, ausentou-se do serviço sem a autorização da chefia imediata. Tal ato, mesmo que praticado pelo servidor, jamais ensejaria em suspensão.

**Ações coletivas** - O Sindsef-SP ingressou com duas ações coletivas relativas à área ambiental. Uma questionando os critérios do ponto eletrônico e outra pedindo a interdição do prédio da superintendência por falta de condições de uso.

A ação pela interdição do prédio da superintendência, devido à falta de condições de trabalho e a falta de segurança, teve andamento. Em breve, será publicada a decisão da juíza determinando a realização de uma perícia no local.



Palestrante levou reflexões sobre as datas importantes para a classe trabalhadora.



## Portaria das 30 horas está de volta à CGRH

**O** Sindsef-SP tem buscado inúmeras iniciativas para garantir o atendimento das reivindicações mais urgentes dos servidores administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em maio, diretores e delegados de base foram à Brasília participar de audiência com o chefe de gabinete do Ministro, Rodrigo Minoto. Na ocasião protocolaram a pauta de reivindicações da categoria e pediram a abertura efetiva de negociação com base na Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Outra iniciativa do sindicato, foi abrir um canal de diálogo com o novo Superintendente Regional da SRTE/SP, Luiz Antônio Medeiros, para pedir providências urgentes que garantam o atendimento das reivindicações dos servidores. “Esperamos contar com apoio do superintendente para conseguir avanços em questões administrativas onde os interesses dos servidores estão sendo relegados a segundo plano”, argumentou o Se-



Sindsef-SP já realizou duas reuniões com o novo superintendente

cretário-geral do Sindsef-SP, Carlos Daniel, durante reunião.

**30 horas** – O superintendente desenvolveu o processo para Brasília concordando com os dois turnos de seis horas nos setores de atendimento ao público. A portaria está pela quarta vez aguardando encaminhamento do

Coordenador-Geral de Recursos Humanos, Luis Eduardo Lemos da Conceição.

A implantação da jornada de 30 horas já é realidade em vários estados, como RJ, MG, GO, MS, SE e PR. O requerimento do Sindsef foi um dos primeiros a ser protocolado, em 23 de março de 2012, sob o núme-

Foto: Fábria Corrêa

ro 46219.007717/2012-70.

Observa-se no artigo 49 da Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, que todos os prazos de andamento processual já foram expirados. Esta demora pode ser entendida como uma política de perseguição, adotada pelo coordenador de CGRH, contra os servidores da SRTE/SP.

**Metas institucionais** – No mês de junho foram divulgadas metas institucionais para avaliação de desempenho. No entanto, quem estabeleceu estas metas provavelmente desconhece a situação alarmante que assola o MTE. “Metas que não dependem do esforço do servidor”, criticou o delegado de base, Vinícius Alécio.

Os servidores que já recebem o salário mais baixo da administração pública correm o risco, ao não atingirem as metas, de perder 80% da gratificação de desempenho.

## DNPM

### Marco regulatório e a transformação do DNPM

**O** DNPM está em uma fase transitória devido à aprovação do marco regulatório do novo Código de Mineração, que vai substituir aquele criado em 1967, durante a ditadura militar. Já está programada a comemoração para o dia 18 de junho, quando deverá ser enviada a nova legislação à Presidência.

Segundo a delegada de base do Sindsef-SP, Ana Margarida, o marco vai mudar a forma de trabalho no DNPM. Ao mesmo tempo, alguns companheiros de nível médio acreditam que a mudança do Código levará à transformação do órgão em agência reguladora.

A expectativa é que com a transformação os servidores recebam um aumento de mais ou menos 40% nos salários, isto é, a tão reivindicada equiparação. Este “peixe” vendido pelo governo, porém, pode ser um “Cavalo de Tróia”.

A mudança estrutural no DNPM é uma incógnita. Não há garantia de que a equiparação salarial com as agências reguladoras vai acontecer.

Algumas perguntas estão no ar. Por exemplo, por que o governo pretende realizar a transformação por meio de uma Medida Provisória e não através de um Projeto de Lei? Se a mudança vai ser positiva, por que não há um verdadeiro e claro deba-

te sobre o assunto? O que o governo esconde?

Uma coisa é certa: os trabalhadores não devem deixar de se mobilizar devido à possibilidade do DNPM se tornar uma agência reguladora. É preciso ficar atento ao jogo de interesse do governo e seus constantes ataques aos servidores públicos federais.

**Campanha Salarial** – O órgão, assim como o DNIT, foi um dos poucos setores que não firmou acordo durante a Campanha Salarial Unificada de 2012.

Em fevereiro, a Plenária Setorial da Condesf ratificou a pauta de reivindicações dos trabalhadores, que foi protocolada em seguida pela Con-

federação, juntamente com o Sina-gências, Fenas e CNTSS – entidades representativas do segmento de agências reguladoras, assistência e seguridade social, respectivamente.

De acordo com o diretor da Condesf, Sérgio Ronaldo, a expectativa é que o governo marque uma reunião para discutir as reivindicações até julho.

**Preocupação** – A demanda mais recente dos servidores de São Paulo se refere à possibilidade de uma redução de 82% no valor da gratificação institucional, o que representaria cerca de R\$400,00 a menos para cada trabalhador. Até o momento isso não foi confirmado.



DNIT

## Servidores aprovam greve nacional por tempo indeterminado

**C**ansados do descaso do governo, os servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) decidiram entrar em greve por tempo indeterminado a partir de 25 de junho. “A decisão reflete a vontade das 23 superintendências espalhadas pelo país”, declarou o delegado sindical de base, Kleber Velho.

O indicativo de greve foi aprovado na assembleia geral da categoria, realizada dia 05 de junho, através de uma videoconferência que conseguiu reunir quase todos os estados e o Distrito Federal. A superintendência de São Paulo não ficou de fora: votaram a favor da paralisação, elegeram o comando estadual de greve e indicaram dois representantes – André Hernandez e Kleber Velho - para o Comando Nacional de Greve.

Insatisfeitos com a morosidade do governo, os servidores recorrem à greve para forçar uma negociação efetiva que garanta a reestruturação da tabela salarial e equiparação com as Agências Reguladoras, negociação que se iniciou



Foto: Fátima Corrêa

Servidores aprovam o indicativo de greve para 25 de junho

em 2009 e até hoje não teve avanço. “Os trabalhadores do DNIT administram milhões e recebem as migalhas”, argumentou André Hernandez, em defesa da greve.

A categoria rejeitou o acordo com o governo em 2012, por não contemplar minimamente suas reivindicações. Este ano, o MPOG sinalizou que reabriria as negociações e até definiu o dia 15 de junho como data limite para finalizar o

debate, previsto para ser concluído em três rodadas.

Porém, na ocasião do segundo encontro, realizado em 27 de maio, os representantes do governo deixaram transparecer que iriam retomar as já conhecidas “mesas de enrolação”. O Secretário da SRT/MPOG, Sérgio Mendonça, argumentou que não tinha autorização para negociar reajustes diferentes do índice de 15,8%, pediu

mais tempo para analisar as demandas e adiou para julho a apresentação de uma possível proposta.

### Vem por aí...

Notícia veiculada em 10 de junho, pelo site Reuters, afirma que o governo federal prepara uma reformulação do DNIT e da estatal de ferrovias Valec. A ideia é que as novas instituições tenham uma lógica de gestão semelhante à de empresas privadas.

Segundo as informações divulgadas, o DNIT deve passar a se chamar Departamento de Infraestrutura Rodoviária (DIR) e vai ser responsável apenas pelas rodovias, enquanto a Valec deve ser refundada e passar a se chamar Empresa Ferroviária Nacional.

A reformulação deve envolver, ainda, a criação de uma Empresa Brasileira de Hidrovias – nome mais provável da companhia – que vai tirar do DNIT a gestão dos projetos de transporte fluvial.

Segundo a matéria, as mudanças deverão constar de Medida Provisória a ser encaminhada ao Congresso Nacional em agosto.

FUNAI

## Servidores lutam pela reestruturação e fortalecimento do órgão

Enquanto a sociedade assiste ao acirramento da violência na disputa de terras entre os povos indígenas e fazendeiros, os servidores da Funai lutam para buscar a correta implantação de políticas públicas que culminem na reestruturação da Fundação e fortalecimento da instituição responsável por apresentar soluções para questões indígenas.

Em 19 de abril, Dia do Índio, os servidores promoveram atos em todo o Brasil em defesa do fortalecimento do órgão e contra o desmonte que o governo vem tentando promover. Entre as principais bandeiras estão a re-

vogação do decreto 7.778/12 e a luta contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere a competência das demarcações, que hoje é feita pela Funai, para o Congresso Nacional. A PEC está em tramitação na Câmara dos Deputados.

O governo pretende incluir, além dos laudos da Funai, avaliações do Inbra, da Embrapa e dos ministérios do Desenvolvimento Social e da Justiça, nos processos de demarcação de terras reivindicadas pelos índios. Alega que a “opinião de outros órgãos vai equilibrar a tomada de decisão, reduzindo a influência da Funai, vista

como favorável aos índios” (Jornal Nacional, 03/06).

Para a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), “a medida pretende inverter o direito originário dos povos indígenas sobre a terra, para distribuí-la entre amigos”.

Para o Secretário de Imprensa da Condsef, Sérgio Ronaldo, a inserção do governo na destruição da Funai está cada vez mais evidente. “Um desmonte orquestrado para atender aos interesses do agronegócio”.

No próximo Conselho Deliberativo de Entidades (CDE), antecipado

para o dia 03 de julho, a Condsef irá propor a realização de um seminário “que deverá construir uma metodologia única para enfrentar esta ofensiva nefasta do governo”, concluiu.

A implantação da carreira indigenista, recomposição da força de trabalho, a regulamentação da consulta livre, prévia e informada (Oitiva Indígena), no que diz respeito a todas as grandes obras que afetem os povos indígenas, estão entre as reivindicações centrais do setor.

Com informações da Condsef



## Sindsef-SP presente na luta contra a homofobia

**D**e 28 a 30 de Junho, ocorre o 1º Encontro Nacional LGBT da CSP – Conlutas. Na atividade será elaborado um programa em defesa dos direitos dos trabalhadores LGBTs e contra a homofobia.

O evento vai reunir todas as categorias organizadas na CSP-Conlutas, como servidores públicos, operários da construção civil, petroleiros, professores, bancários, estudantes, movimento popular e rural, comerciários, metalúrgicos, gráficos e químicos.

Será um importante espaço para estimular a organização deste setor nos sindicatos e movimentos, fortalecer a organização



Foto: Fábria Corrêa

Sindsef-SP marca presença na IV Marcha Contra a Homofobia.

por local de trabalho e levantar a bandeira de luta contra todas as formas de opressão.

Para obter mais informações sobre o encontro envie e-mail para [lgbt@cspconlutas.org.br](mailto:lgbt@cspconlutas.org.br) ou acesse o site: [www.cspconlutas.org.br](http://www.cspconlutas.org.br)

**Marcha** - Com o tema “Em defesa do Estado Laico, da Democracia e dos Direitos Humanos”, foi realizada, em maio, a IV Marcha Nacional Contra a Homofobia.

O Sindsef-SP esteve presente com suas bandeiras, faixas e os

bonecos da “Dil Má” e do “In Feliciano”.

Nesta edição da marcha, integrantes do movimento LGBT e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) uniram suas reivindicações para exigir dos governantes políticas que garantam os direitos humanos.

A intolerância religiosa foi a principal pauta do protesto dos militantes e o “Fora Feliciano” ecoou pela Esplanada dos Ministérios.

A alegria dos manifestantes não encobriu a seriedade da mobilização. A aprovação imediata do PLC 122, que criminaliza a homofobia, foi reivindicada para mudar o atual cenário brasileiro.

## Congresso da ANEL reafirma internacionalismo, aliança operário-estudantil e a luta por educação de qualidade

Cerca de dois mil estudantes participaram do 2º Congresso da ANEL, nos dias 31 de maio e 02 de junho, em Juiz de Fora (MG). O público aprofundou debates sobre a educação e o combate à todas as formas de opressões.

A aliança operário-estudantil expressava-se na representação da CSP-Conlutas, Andes-SN, Sinasefe, Fasubra, Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP), Federação Nacional dos Petroleiros e do líder seringueiro do Acre, Osmarino Amâncio, contemporâneo de Chico Mendes, entre outros.

No congresso, foi destaque o caráter internacionalista da entidade, que teve atuação intensa em campanhas de solidariedade nas lutas dos estudantes em diversos países no último período.

A dirigente Clara Saraiva, resgatou o apoio às revoluções da juventude árabe contra ditaduras



Foto: Renata Conde

Ato internacionalista no 2º Congresso da ANEL.

como a de Mubarak no Egito e da juventude síria contra a ditadura Assad.

Estiveram presentes delegações estudantis de 6 diferentes países: Espanha, Síria, Quebec (Canadá), Chile, Costa Rica, Argentina; além dos convidados Falilu, do movimento sindical do Senegal, e representante o movimento Stop The Wall que luta contra a opressão do estado de Israel ao povo palestino.

O congresso aprovou o plano de lutas da entidade. Entre as principais campanhas nacionais definidas estão a defesa dos 10% do PIB para a educação, contra a restrição da meia-entrada e pelo passe livre, dando continuidade às fortes lutas protagonizadas pela ANEL em Teresina, Porto Alegre e Natal, e que agora estão a todo vapor em São Paulo e Rio de Janeiro.

### XI CONGRESSO DA CONDSEF

Entre os dias 11 e 15 de dezembro, será realizado o XI Congresso Ordinário da Condsef - XI ConCondsef - na cidade de Beberibe/CE. Durante cinco dias, os representantes da categoria terão a possibilidade de refletir sobre as políticas aplicadas pela Condsef no último período e definir quais as principais bandeiras que serão conduzidas pela confederação e suas filiadas.

No período de 15 de julho a 15 de setembro ocorrerão as assembleias para eleger os delegados que participarão da atividade. Quem pretende contribuir com textos deve ficar atento, pois o prazo de entrega das teses termina em 15 de outubro.

### XVIII CONGRESSO DO SINDSEF-SP

Cumprindo a deliberação congressual, a partir de 2013 o congresso do Sindsef-SP passa a ser realizado anualmente. A 18ª edição do evento está prevista para os dias 15 e 16 de novembro, na capital paulista.

Em breve divulgaremos em nossa página na Internet ([www.sindsef-sp.org.br](http://www.sindsef-sp.org.br)) o calendário de assembleia para eleição de delegados.

A escolha dos participantes para os congressos acontecerá de forma simultânea.